

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 01 de novembro de 2001

Ano 3 Nº 78

CPI do Leite ouve Tetra Pak e supermercadista

Averiguar os preços da embalagem do leite longa vida e a margem de lucro do comércio varejista foram as tarefas da CPI do Leite, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB) e cujo relator é o deputado Afonso Spaniol (PPB), nessa segunda-feira (29), em reunião que ouviu os depoimentos dos assessores da Tetra Pak, Luiz Guilherme de Oliveira e Paulo Roche, e de João Batista Lohn, da Associação Catarinense dos Supermercados (Acats). Participaram dos trabalhos os representantes do Procon, da Federação de Agricultura do Estado (Faesc), da Secretaria de Agricultura e os deputados Herneus de Nadal (PMDB), Jaime Mantelli (PDT) e Gelson Sorgato (PMDB).

Fornecedora de embalagem longa vida para 16% do leite produzido no Estado, a empresa, com sede em Ponta Grossa (PR), através de seus executivos, declarou que o leite longa vida não tem relação direta com o baixo preço pago ao produtor, situação existente pelo excesso de oferta e a queda acentuada no consumo do produto. Eles deixaram notas fiscais para

a CPI demonstrando que a embalagem é vendida a R\$ 0,19 mais o ICMS e que a margem de lucro é variável, não sendo possível ser divulgado o percentual por não se tratar de uma empresa de capital aberto. Conforme pesquisa do Procon e afirmação de representantes

das indústrias, os parlamentares informaram aos assessores da Tetra Pak que o preço final pago pelo consumidor revela que a embalagem tem um custo de R\$0,25.

As mesmas fontes indagaram a Lohn sobre a alta margem de lucro dos supermercados, 30%, em relação a setembro, ainda sobre o preço do longa vida, questionando também uma



Depoente apresenta documentos na CPI

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

diferença de 300% no valor pago ao produtor pelo queijo prato e o verificado nas prateleiras. Ele respondeu que a margem de lucro depende de cada empresa, loja ou bairro, ou até mesmo do volume, pois quando não há lucro nas promoções os varejistas ganham em outros setores. Na próxima segunda-feira, dia 5, estão sendo aguardados para depor os representantes do comércio atacadista.

Pinhalzinho no Retratos de SC

Página 3

Tramitação do novo Regimento Interno

Página 4

Salim Miguel é homenageado na AL

Página 8

Seminário discute plantas transgênicas e alimentos geneticamente modificados

Na próxima semana, dias 08 e 09, a Assembleia sediará o *II Seminário Estadual sobre Transgênicos*, evento que busca aprofundar o debate público sobre a produção de organismos geneticamente modificados (OGMs). O seminário que está sendo promovido pelo Legislativo juntamente com o *Fórum Estadual dos Transgênicos* tem o apoio do governo do Estado e da UFSC e será realizado no Plenário com a presença de pesquisadores e representantes de diversos órgãos públicos e empresas ligadas ao tema.

O debate sobre os transgênicos torna-se cada dia mais importante, já que as prateleiras dos supermercados estão começando a receber produtos que contém or-

ganismos geneticamente modificados. As opiniões se dividem basicamente entre aqueles que defendem a liberação imediata do consumo e aqueles que são contrários até que sejam realizadas pesquisas científicas conclusivas a respeito dos possíveis riscos à saúde humana.

Hoje, no Brasil, é proibido tanto o cultivo comercial quanto a comercialização de plantas transgênicas ou produtos que a contenham.

Maiores informações podem ser obtidas com o presidente do *Fórum Estadual dos Transgênicos*, Idelvino Furlanetto, (221.2782 ou 9907.0160) ou no site do seminário (www.alesc.sc.gov.br/transgenicos.htm)

OPINIÃO

Voto aberto, uma questão de evolução



Desde a Câmara Federal até as Câmaras Municipais, nosso país vem passando em todos os níveis do Poder Legislativo pela discussão a respeito da extinção do voto secreto em nossos Paramentos. A Assembléia Legislativa de Santa Catarina também discutiu exaustivamente o tema, mas infelizmente ainda não foi nesta ocasião que acolhemos esta mudança.

Entendo que o parlamentar representa um eleitor que acredita, quando deposita seu voto na urna, estar marcando sua presença no Poder Legislativo. Acredito que o deputado

é um mensageiro de seus pensamentos ideológicos, partidários e aspirações pessoais. Este representante tem a partir daí, a obrigação de procurar a forma mais honrada e democrática possível de fazer seu trabalho de porta-voz do cidadão catarinense. Quero enfatizar que é preciso mudar o atual comportamento para alterar a visão negativa que o eleitor tem atualmente da classe política e em especial da atividade legislativa. Para que isto aconteça, o melhor caminho é nós parlamentares tomarmos a iniciativa de mostrarmos o nosso posicionamento frente às questões de interesse da comunidade que representamos. Mostrando o voto, assumimos posições e isto só é possível através do voto aberto.

O resultado será a fidelidade do eleitor.

Faço para a sociedade catarinense este pronunciamento com a consciência tranqüila, porque em todos os momentos em que como deputado estadual assumi compromissos, mesmo que em questões a serem decididas através do voto secreto, tornei público o meu posicionamento. Assumi com isto algumas vezes situações de embaraço partidário e pessoal, mas acredito que a manutenção da palavra dada aos meus companheiros e eleitores, bem como a transparência na execução do meu trabalho são justificativas suficientemente importantes.

Na prática, a própria história da Assembléia Legislativa de Santa Catarina prova que mesmo em momentos difíceis desta Casa o voto aberto foi um avanço benéfico para a atividade parlamentar. Podemos citar o caso de um processo de *impeachment* histórico, quando através de uma alteração do Regimento Interno foi derrubado o sigilo do voto para este caso específico. Tal alteração que permitiu a realização da votação aberta não mudou o resultado final, mesmo diante de situação tão grave! Os deputados que enfrentaram o desafio de defender posições difíceis o fizeram e seus eleitores os compreenderam, continuando a depositar confiança em seus trabalhos como parlamentares.

Portanto a prática comprova que o melhor a fazer é mesmo mostrar nosso voto e defender nossas idéias e a forma mais eficaz de fazê-lo é através do voto aberto.

Deputado Gilmar Knasel (PPB)

Código do Sonegador



Sonegação, contrabando, narcotráfico e lavagem de dinheiro, um verdadeiro Código do Sonegador é o que propõe o Projeto de Lei Complementar do Senador Jorge Bornhausen, denominado Código de Defesa do Contribuinte, que será votado no próximo dia 31 de Outubro no Senado. Digo isto embasado em documento que recebi da Associação e Sindicato Catarinense de Fiscais de Contribuições Previdenciárias, Associação de Auditores Fiscais do Trabalho, Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de SC e Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

A aprovação desse código, com seu teor atual, desvaloriza o contribuinte que cumpre suas obrigações, não defende os contribuintes de fato, ou seja, aqueles que suportam os tributos e as contribuições. As amarras, que são colocadas na fiscalização e cobrança de tributos e contribuições sociais, vão facilitar a sonegação, o contrabando, o narcotráfico, a lavagem de dinheiro. Artigos da Lei de Execução Fiscal serão revogados, dificultando ainda mais a execução da Dívida Ativa, tornando a sonegação de tributos um grande negócio. Haverá queda nas receitas tributárias.

Além disso, esse Código, se aprovado, ensejará o descumprimento das normas de proteção ao trabalho, acabando com o flagrante na verificação física dos empregados sem registro, prejudicando a erradicação do trabalho infantil e trabalho forçado ou degradante (escravo). Na área de segurança e medicina do trabalho, o contribuinte descaracterizará a situação de risco, retirando trabalhadores e lacrando os locais enquanto permanecer a ação

fiscalizatória.

Lembramos que empregados sem registro não têm direito aos benefícios previdenciários, dentre eles o auxílio-acidente, auxílio-doença e aposentadoria (desde a vigência da EC nº 20/1998, não mais existe a aposentadoria por tempo de serviço, havendo a por tempo de contribuição). A aprovação deste Código consagra, outrossim, a concorrência desleal, ao permitir que sonegadores participem de licitações, pois terão direito à Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa, que tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débito. O parágrafo 1º do artigo 10 e os artigos 14 e 50 do projeto deste código afrontam o parágrafo 3º do artigo 195 da Constituição Federal, que determina, inclusive, que "a pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como o estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios".

O código assim proposto prejudicará a Administração Fazendária ainda pelas seguintes razões: pela vedação ao cruzamento de informações entre as diferentes esferas governamentais; pela impossibilidade de requisição de força policial durante a ação fiscal, permitindo que maus empresários intimidem e até agridam os agentes do Fisco; pelo incentivo à criação de empresas fantasmas, pois o Fisco não pode investigar o real proprietário; pelo prazo para conclusão da ação fiscal (90 dias, renovável por igual prazo), possibilitando a fiscalização apenas de pequenos contribuintes; pela revogação do sigilo bancário, que o Senado aprovou, por unanimidade, em Janeiro de 2001, instrumento indispensável para promover a justiça fiscal.

Deputado Volnei Morastoni (PT)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Rubens Vargas
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Pinhalzinho se apresenta na Assembléia

O projeto Retratos de Santa Catarina e a Interiorização são dois caminhos eficazes de aproximação da Assembléia com a comunidade

(foto Solon Soares)

Colonizado por descendentes de italianos e de alemães, vindos do Rio Grande do Sul, o município de Pinhalzinho, na região Oeste, trouxe para Florianópolis um pouco da sua cultura e de suas tradições. Foi na Assembléia Legislativa, nessa terça-feira (30), dentro do projeto Retratos de Santa Catarina, quando o público presente acompanhou apresentações artísticas e culturais e exposição do artesanato local.

O nome Pinhalzinho originou-se da grande quantidade de pinheiros

existentes no município na época da sua criação. Hoje, além das festas tradicionais



Prefeito fala ao público

que acontecem anualmente, a cidade recebe um grande número de visitantes

AL vai ao município

A Assembléia estará presente na VI *ExpoFeira Agropecuária Comercial e Industrial de Pinhalzinho e 1º November Fest*, que acontecerão de 14 a 18 de novembro, no parque de exposições do município. Em parceria com a Prefeitura Municipal, a Associação Comercial e Industrial e a Comissão Central Organizadora a Assembléia estará integrada à programação.

Em estande próprio, uma equipe de funcionários estará preparada para

informar sobre as atribuições dos deputados e do Legislativo Estadual, relatadas também em um audio-visual. Quem visitar o local receberá exemplares da Constituição do Estado, folders sobre o Centro de Informações e o Centro da Memória da Casa, além de botons e informativos. Durante todos os dias a TVAL estará fazendo reportagens sobre o evento e veiculando matérias sobre os municípios participantes do *Projeto Retratos de Santa Catarina*.

TV AL: dois anos no ar

A *TV da Assembléia Legislativa* iniciou em 25 de outubro de 1999, com a programação gravada sendo passada através dos dois canais de TV a cabo de Florianópolis. Atualmente abrange emissoras a cabo em todo o Estado: Balneário Camboriú, Itajaí, Brusque, Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville, Rio do Sul, Lages, Joaçaba/Luzerna, Concórdia, Chapecó e Criciúma. São feitas 24 horas de transmissão, ao vivo e gravadas, das atividades nas comissões técnicas, plenário, audiências públicas e eventos solenes que contam com a participação dos parlamentares.



Os números que apontam uma audiência cada vez maior, entre os telespectadores de canais fechados, têm sido a recompensa para a equipe da TVAL.

“Isso vem demonstrar que o trabalho parlamentar é acompanhado por um grande número de pessoas diariamente. O que tem sido fundamental na mudança da opinião pública em relação à imagem do parlamento. Através da TVAL, se toma conhecimento do grande número de atividades realizadas no Casa”, destaca o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL).

nas competições esportivas como motocross, quilômetro de arrancada e ainda simpatizantes do rodeio crioulo.

Destaca-se também na indústria moveleira e na produção de leite.

O prefeito João Rodrigues (PFL), falou do orgulho de ser catarinense e de administrar um município que tem no trabalho sua maior inspiração, exportando móveis, fogões e sucos para mais de 30 países. O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL) falou da garra de sua população e do orgulho do Legislativo receber representantes de mais um município do interior do Estado.

Cinquentenário

Um dos primeiros procuradores efetivos da Assembléia e ex-presidente, Zany Gonzaga, foi o destaque nessa quarta-feira (31) na solenidade em comemoração aos 50 anos da Procuradoria da Assembléia. Resgatou momentos raros e importantes da política catarinense, buscando na memória todo o processo da criação da Assessoria Jurídica da Casa.

Mais dois ex-presidentes do Legislativo, Lecian Slovinski e Paulo Konder Bornhausen, prestaram homenagens aos atuais e ex-procuradores.

O presidente Onofre destacou “a verdadeira aula de conhecimento político” dada pelo ex-presidente Zany e assegurou que os dados apresentados passarão a fazer parte da história do Legislativo, a qual ele pretende resgatar, em livro, conforme sugestão de Slovinski.

Título

O presidente Agostini receberá o Título de Cidadão Palmeirense, na próxima segunda-feira (05), na Câmara de Vereadores daquele município. Este será o vigésimo título conferido ao parlamentar pelo trabalho desenvolvido como representante da população catarinense objetivando a melhoria de sua qualidade de vida.

COMISSÕES

Novo Regimento Interno vai à CCJ

O novo Regimento Interno da Assembléia deve ser apreciado em Plenário até o início de dezembro, afirma o presidente da Comissão Especial, responsável pela reforma do Regimento, deputado Jaime Mantelli (PDT). O prazo para entrega de emendas, pelos parlamentares, que estava marcado para essa quarta-feira, foi prorrogado para o dia 9 de novembro. Cerca de 40 emendas já foram apresentadas. Estas terão análises técnicas pela Comissão Especial e tão

logo sejam concluídas, segundo Mantelli, o parecer final será enviado à Comissão de Justiça, para depois ser votado em Plenário.

O novo regimento vai entrar em vigor em janeiro de 2002. Dentre as principais alterações destaca-se a inversão do trâmite no processo legislativo. Para ele, esse novo processo vai diminuir o número de proposições inconstitucionais e democratizar o processo.

Mantelli destaca os seguintes pontos:

Destaques

✓ Institui-se uma estrutura concisa, onde um capítulo engloba tudo o que diz respeito a determinado tema, de forma clara, fácil e sem dubiedades. Todas as normas para votação – secreta ou não – estão num único capítulo.

✓ Maior perenidade das novas regras, com propostas de mudanças podendo serem realizadas apenas através da formação de uma comissão especial, composta por três deputados.

✓ Inversão na tramitação das proposições. As matérias, inicialmente, serão encaminhadas para as comissões de mérito, para após esgotar as discussões sobre o tema, seguirem para a Comissão de Constituição e Justiça.

✓ Renomeia e reordena as comissões, ampliando o leque de debates.

✓ O Código de Ética, aprovado recentemente no Congresso Nacional, que estende os motivos que caracterizam quebra de decoro parlamentar e as devidas punições, é incorporado, com as devidas adequações ao Parlamento estadual.

CPE em Criciúma

Acontece nessa quinta-feira, em Criciúma, o último roteiro da Comissão Parlamentar Temporária Externa (CPE) criada para levantar dados e averiguar o motivo da criminalidade na região sul do Estado. Desta vez os parlamentares estarão visitando órgãos estaduais atuantes na proteção à juventude, além de verificar projetos sociais criados pela prefeitura.

A CPE formada pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB) presidente, e os depu-

tados José Paulo Serafim (PT), relator, Clésio Salvaro (PFL), Valmir Comin (PPB) e Julio Garcia (PFL) já realizou encontros com representantes das Polícias Militar e Civil, do Judiciário, do Ministério Público e visitou presídios e universidades.

Segundo Benedet, o relatório com os resultados será divulgado no fim do mês de novembro, mas já se pode comemorar como saldo positivo a criação de um centro de investigação em Criciúma, além da contratação de policiais para a região.

Segurança Pública em Joinville

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

A Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), realiza nessa quinta-feira uma audiência para discutir a segurança pública em Joinville. A reunião será no Plenário da Câmara dos Vereadores às 9 horas.

Foram convidados o governador do Estado, Esperidião Amin, os secretários Antenor Chinatto, da Segurança Pública, Paulo Cesar de Oliveira, da Justiça, e o comandante da PM, coronel Walmor Backes, além dos membros da comissão. O prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, e o presidente da Câmara, João Luiz Sdrigotti, também deverão participar.

Por iniciativa de Duarte, a comissão já realizou vários debates sobre a segurança pública no Estado. Em encontro anterior em Joinville, foram discutidas medidas de combate à violência, de onde surgiram propostas para a criação de um grupo de trabalho, a formação de um fórum permanente e a



implantação de um Batalhão da PM no norte do Estado.

O parlamentar continua defendendo investimentos na contratação de profissionais, na compra de equipamentos, na melhoria salarial e sobretudo em políticas sociais. “O governo do Estado tem que cumprir com a sua parte. Não é possível continuar assim”, falou.

Segurança privada

Ainda no tocante à segurança, Duarte apresentou esta semana projeto de lei estabelecendo normas para o funcionamento das empresas de vigilância particular no Estado. A medida atinge as firmas instaladoras, comercializadoras de sistemas eletrônicos de alarmes, de segurança eletrônica e cooperativas de vigilantes.

De acordo com a proposta, as empresas ficam sujeitas à autorização, supervisão, controle e fiscalização do órgão público competente pela preservação da segurança pública. “Em SC existe um ‘exército’ de homens armados e, não raras vezes, mal preparados, trabalhando como segurança”, justificou o parlamentar.

Ele lembrou que a cada dia cresce a procura pela segurança privada em condomínios residenciais, empresas e outros segmentos, pois a sociedade se sente desprotegida.

PLENÁRIO

Certidão Negativa de Débito

O deputado Julio Garcia (PFL) apresentou projeto de lei que altera a redação do parágrafo único do artigo 158, da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Aos contribuintes que estiverem em débito para com a fazenda pública estadual, inclusive parcelamento em atraso, fica vedado o fornecimento da Certidão Negativa de Débito, aplicando-se esta vedação a todos os estabelecimentos da mesma empresa”.

Em sua justificativa, o parlamentar disse que a proposta tem por objetivo adequar a redação da referida lei, pois



ao se verificar débito por parte de um estabelecimento da mesma empresa todos os demais ficarão impedidos de receber a Certidão Negativa de Débito.

Irregularidades em escola

Pedido de Informação do deputado Manoel Mota (PMDB) à Secretária da Educação indaga sobre irregularidades administrativas que estariam ocorrendo na Escola Estadual Básica Gonçalves Dias, localizada em Fraiburgo, pertencente à 14ª Coordenadoria Regional de Educação, conforme denúncia recebida pelo parlamentar. Quer saber se há professor com idade inferior a 18 anos ministrando aulas no citado estabelecimento com documentos pertencentes a

outra pessoa; se houve indicação de uma professora para a 2ª série, mas quem assumiu a regência de classe foi outro professor; se funcionário do quadro administrativo registra o cartão na unidade escolar, mas presta serviços na residência da diretora da escola; se houve admissão de professor para a disciplina de Educação Religiosa que não é oferecida aos alunos, o mesmo ocorrendo com a disciplina de Educação Física no ensino médio noturno.

Rota da Truta

Aprovado projeto de lei do deputado Jorginho Mello (PSDB) que denomina, para fins de identificação turística, cultural e esportiva, “Rota da Truta” o circuito regional integrado pelas rodovias SC-438, no trecho compreendido entre Lages e Bom Jardim da Serra, até o limite superior da Serra do Rio do Rastro, passando por Painel e São Joaquim.

Os efeitos da lei ficam estendidos à SC-439 no trecho que, partindo da confluência com a SC-438, em Painel, passando por Urupema, Rio Rufino e Urubici, até encontrar a BR-282 em Bom Retiro, seguindo até Bocaina do Sul. O órgão competente colocará em todo o circuito placas com a denominação “Rota da Truta – Circuito Turístico”.

Repases de recursos

Os órgãos do Estado da administração direta e indireta têm agora a obrigação de informar às Câmaras de Vereadores todos os recursos financeiros enviados aos municípios do Estado. A lei que obriga esta atuação é de autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB). O objetivo da lei é fazer com que os Poderes Legislativos atuem como fiscais e as comunidades possam visualizar a fiel aplicação dos recursos.

“A lei também resulta em

atribuir condições mais adequadas para que os parlamentos possam desenvolver as suas atividades, esclarecendo oficialmente dados de interesse social”, diz o deputado. O Poder Executivo, trimestralmente, publicará no Diário Oficial a relação dos repases financeiros efetuados, dando assim maior transparência das ações estatais. A população poderá verificar se os investimentos estão sendo direcionados de acordo com as suas necessidades.

Bandeira do Contestado

O reconhecimento da Bandeira do Contestado como símbolo regional do Estado está sendo requerida pelo deputado Antônio Aguiar (PFL) em projeto de lei. A idéia surgiu no *Simpósio do Contestado* realizado na última semana na Capital. “A matéria busca resgatar, pelo menos em parte, momentos da história de Santa Catarina que realça, pela magnitude e motivação, a epopéia que tem merecido a reverência da comunidade catarinense”, justificou o parlamentar.

Gestão para a Celesc

Representantes do Sindicato dos Eletricitários, de vários municípios catarinenses, estiveram nessa segunda-feira (29) no Plenário discutindo um novo contrato de gestão da Celesc, bem como um acordo de acionistas, cujas matérias foram encaminhadas pelo governo do Estado à Assembléia nessa semana, para apreciação. A audiência pública foi sugerida pelo líder do governo, deputado Joares Ponticelli (PPB).

O projeto de lei – Contrato de Gestão Celesc –, de origem governamental, encaminhado

ao Legislativo e que segundo os sindicalistas elaborado com base nas inúmeras sugestões da categoria, autoriza o Governador a promover a reorganização administrativa, técnica e societária da empresa. Também dispõe sobre o acordo de acionistas e sobre o contrato de gestão da Celesc e suas subsidiárias. Após amplas discussões, os eletricitários deliberam por defender as mudanças que objetivam um novo modelo de gestão, porém contrários a cisão.

Governador nos EUA

Entre os dias 12 e 16 de novembro o Governador viaja para os Estados Unidos para uma audiência com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde trata da IV Etapa do Programa Rodoviário de Santa Catarina (BID IV). Sendo assim, conforme determina a Constituição Estadual, foi aprovado pelos deputados projeto de decreto legislativo autorizando o Chefe do Executivo a ausentar-se do País.

PLENÁRIO

Contribuição sindical de agricultores

O deputado Jaime Mantelli (PDT) encaminhou mensagens a várias autoridades federais e ao Governador do Estado defendendo a reedição da Medida Provisória (MP) que isentava os agricultores da cobrança da contribuição sindical rural.



Deputado Mantelli

Justifica que os agricultores vêm enfrentando sérios prejuízos nos últimos anos face às intempéries, além dos elevados preços dos insumos agrícolas e, principalmente, pelo baixo valor pago à produção. Mais de 90% dos agricultores catarinenses não possuem em-

pregados contratados, pois adotam o regime de economia familiar. Após a derrubada, em 1998, da MP que isentava o agricultor da referida contribuição, voltou-se a realizar a cobrança.

“Hoje mais de 400 agricultores, só de Concórdia, estão sendo notificados para pagar contribuições referentes aos exer-

cícios de 1998 a 2001. E, se não efetuarem o pagamento até o final do corrente mês, poderão ser penalizados com a lavratura do auto de infração, que possibilita ao sindicato cobrar uma multa de até 7,5 mil Ufirs, que os agricultores não terão condições de pagar”, alertou o autor da moção.

Energia para consumidores rurais

A revisão da Resolução nº 456 que determina a reclassificação tarifária de energia elétrica dos consumidores rurais em função da localização de suas propriedades e não mais pela sua utilização está sendo requerida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao Ministro de Minas e Energia e ao Diretor da Aneel.

Segundo o parlamentar, a redução da tarifa é um grande benefício oferecido aos agricultores e com a nova classificação muitos serão prejudicados, já que suas propriedades localizam-se dentro de perímetros urbanos. A reclassificação provocará um acréscimo de mais de 100% na conta de energia elétrica dos consumidores rurais encarecendo os



Deputado Sopelsa

custos de produção o que pode levar à falência as atividades agrícolas.

Banco de sangue

Ativação do banco de sangue de São Miguel do Oeste, cujas instalações físicas já estão concluídas desde 1999, está sendo solicitada pelo deputado Afonso Spaniol (PPB) ao Governador.

O parlamentar salienta que a ativação do banco de sangue faz parte de constantes reivindicações do Conselhos Municipais de Saúde, hospitais e Secretarias de Saúde municipais e da população do extremo-oeste. “Como os hospitais estão impossibilitados de fazer a coleta do sangue a consequência é a redução no estoque do material, o que tem deixado as equipes médicas e familiares de pacientes em constante aflição. A solução sempre é ir buscar o material necessário em Chapecó, o que causa insegurança além de elevados gastos hospitalares”, alertou.

Tratamento oncológico

A capacitação do Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí, em Rio do Sul, com equipamentos adequados para a prestação de serviços em tratamentos oncológicos, foi objeto de indicação do deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário da Saúde.

Segundo ele, em Santa Catarina praticamente só existe atendimento e tratamento oncológico especializado em Florianópolis, condição que faz com que os doentes precisem se locomover para serem atendidos.

Destaca que Rio do Sul tem condições de centralizar o atendimento do setor tanto para a região serrana como para o Vale do Itajaí, minimizando, dessa forma, os encargos de outras regiões para esse tipo de tratamento.

Receitas médicas

O deputado Jaime Duarte (PPS) fez um pedido de informação ao Governador indagando se a Secretaria da Saúde já elaborou as normas regulamentadoras da Lei Estadual nº 11.851, que criou normas para a expedição de receitas médicas e odontológicas na rede pública de saúde e nos estabelecimentos de saúde credenciados pelo SUS (onde as mesmas devem ser datilografadas), sancionada em 25 de julho e publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de julho do corrente.

De acordo com o artigo 4º da Lei, cabe à Secretaria da Saúde baixar normas para regulamentar e fazer cumpri-la. “Como não tomei conhecimento de qualquer atitude daquela pasta a respeito do assunto, quero saber se há previsão para a edição das referidas normas”, disse Duarte.

Cultura do Vime

O deputado Sandro Tarzan (PPB) destacou a importância para a economia da região serrana da cultura do vime. Com uma área de 550 hectares, Bom Retiro produz 8,8 mil toneladas usadas na fabricação de móveis e artesanato em geral, sendo o maior produtor brasileiro. Além destas atividades, o vime apresenta-se como uma cultura de destaque para a economia do município, envolvendo direta ou indiretamente em torno de 10% da população local na produção e beneficiamento do produto. Tarzan informa que para marcar a ativação econômica de Bom Retiro acontece de 15 a 18 de novembro a *1ª Festa do Vime*, com a realização de reunião para a classificação do vime, encontro estadual de artesanato, banca de negócios, apresentações artísticas e cavalgadas.

Voluntariado

Por falta de estímulo, muitas pessoas deixam de realizar um serviço voluntário porque desconhecem o caminho apropriado para doar seu tempo e trabalho em nome de uma causa nobre. É por esse motivo que o deputado Nelson Goetten (PPB) apresentou projeto de lei que cria o *Corpo de Voluntariado* junto ao serviço público.

O Estado fica autorizado a inscrever pessoas com idade acima de 16 anos para prestar serviços gratuitos junto a escolas, hospitais ou presídios e os que tiverem curso superior poderão prestar o serviço dentro da sua área. A importância do projeto já pode ser verificada na prática em muitos municípios catarinenses que contam com bombeiros voluntários.

Ressonâncias magnéticas

A transferência do teto de 100 ressonâncias magnéticas/mês para Criciúma foi solicitada pelo deputado Clésio Salvaro (PFL) ao Secretário da Saúde. Justificou dizendo que “a transferência de teto não irá onerar o Estado, pois o valor pago pelo SUS atualmente em Florianópolis será o mesmo a ser desembolsado em Criciúma. O importante é que os pacientes das regiões da Amrec e Amesc serão atendidos com mais conforto e comodidade, não sendo obrigados a se deslocar cerca de 220 Km até a Capital, evitando assim, despesas com transporte, alimentação e estadia, com o agravante de muitas vezes terem que esperar até seis meses para a marcação do exame”.

Problemas com licitação

A dispensa de licitação por parte da Prefeitura de Itajaí para o planejamento, organização e execução da cerimônia de abertura dos *41º Jogos Abertos de Santa Catarina*, o valor pelo qual o serviço foi contratado e as qualificações da empresa 4.1 Promoções, que realizará a cerimônia, estão sendo questionados pelo deputado Volnei Morastoni (PT). Segundo ele, há poucos

meses foi noticiado que a prefeitura havia desistido dos Jogos Abertos por falta de recursos. “Agora, estranhamente, gasta R\$ 123 mil apenas com a cerimônia de abertura dos jogos”, questiona. Volnei salienta que o povo de Itajaí sente-se honrado em sediar os Jasc, porém a comunidade vai exigir explicações sobre os gastos injustificáveis e abusivos.

Proposições

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras e ao diretor do DER solicitando a reabilitação asfáltica de varias estradas no sul do Estado.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Governador solicitando a inclusão no Programa do BID e no Orçamento Estadual de 2002 recursos para a pavimentação asfáltica da SC-453, que liga Salto Veloso a Hercilópolis.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Presidente da Casan requerendo melhorias no abastecimento d'água de Joinville, bem como na rede coletora e de tratamento de esgotos.

Deputado João Rosa (PTB) ao Governador e à Secretária da Educação pedindo medidas para a inclusão no programa educacional do Estado do estudo da música.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Presidente do Tribunal de Justiça solicitando urgência em melhorias estruturais na Comarca de Ituporanga.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao Governador solicitando a construção de uma cancha polivalente de esportes, no Grupo Escolar Prefeito Rubens Alberto Jazar, em Papanduva.

Deputados João Henrique Blasi (PMDB) e **Joares Ponticelli** (PPB) ao Superintendente da TIM Telesc Celular pedindo a implantação de uma torre de telefonia celular para Antonio Carlos.

Deputado Afonso Spaniol (PPB) à bancada catarinense no Congresso solicitando a inclusão na dotação orçamentária para construção da ponte sobre o Rio Uruguai entre Itapiranga (SC) e Barra do Guarita (RS).

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) parabenizando a comissão organizadora do IX Festival Catarinense de Arte e Tradição Gaúcha – a realizar-se de 1º a 4 de novembro em Xanxerê.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao Governador do Estado solicitando a manutenção da rodovia SC-428, entre Imbuia e Leoberto Leal.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Governador pedindo cópia do contrato de pavimentação de BR-282, trecho que liga Lages a São José do Cerrito, celebrado em 1998.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Governador solicitando linha de crédito especial do Badesc aos municípios catarinenses para aquisição de ônibus usados para renovação da frota do transporte escolar.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao Presidente do Besc questionando sobre o custeio de lavouras de 1999 a 2001 e valores financiados.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao Governador pedindo estudos para viabilização da construção do terminal rodoviário em São Miguel do Oeste.

Deputado Sandro Tarzan (PPB) ao Secretário dos Transportes pedindo a construção de três trevos na SC-468 nos acessos a Quilombo.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Superintendente da Telesc solicitando a ampliação da abrangência do sinal para telefones celulares em Canoinhas, Major Vieira, Irineópolis e Bela Vista do Toldo.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Secretário da Saúde solicitando material de consumo e reparos nos aparelhos específicos para cirurgia de retina do Hospital Regional de São José.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao Governador requerendo o asfaltamento da estrada ligando Santa Terezinha com o Planalto Norte até a BR-116.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário da Segurança requerendo a designação de um delegado de polícia para Dionísio Cerqueira.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Secretário da Agricultura requerendo a inclusão no orçamento 2002 do Projeto de Macrodrenagem na localidade de Serra dos Alves, em Agrolândia.

ESPECIAL

Sessão Solene para homenagear Salim Miguel

A Assembléia realizou nessa segunda-feira (29), *Dia Nacional do Livro*, uma sessão solene em homenagem ao escritor, jornalista, argumentista e roteirista de cinema, Salim Miguel. Nascido no Líbano, em 1924, chegou ao Brasil em 1927. "A noite de hoje é emblemática e mostra o agradecimento dos catarinenses pela trajetória de Salim Miguel no mundo das letras", afirmou o deputado Rogério Mendonça (PMDB), autor da homenagem.

Salim foi um dos criadores do *Círculo de Arte Moderna*, movimento cultural que se tornaria conhecido como Grupo Sul, de 1947-1957. Trabalhou na imprensa, em cinema, redigiu verbetes sobre escritores brasileiros para a Enciclopédia Delta-Larousse, coordenada por Antonio Houaiss, e foi um dos editores da revista *Ficção*. Em 1979 voltou a residir em Florianópolis, onde dirigiu por oito anos a Editora da UFSC e, por quatro anos, a



Escritor recebe placa em companhia dos familiares

Superintendência da Fundação Franklin Cascaes, órgão de cultura da Prefeitura da Capital.

Como escritor, publicou 20 obras entre romances, contos, críticas e depoimentos. Sua primeira obra, intitulada *Velhice e outros Contos*, está completando 50 anos este ano. Em 1999, seu livro *Nur na Escuridão* foi vencedor do prêmio de

melhor romance, concedido pela *Associação Paulista de Críticos de Arte*. Aos 77 anos, continua trabalhando numa coletânea de 50 críticas literárias publicadas em diversos jornais e revistas do Brasil e de Portugal. São 27 textos de escritores brasileiros e 23 estrangeiros.

Na sessão compareceram diversas autoridades, amigos e admiradores, oportunidade em que o deputado Onofre Agostini (PFL), presidente da Assembléia, agradeceu ao escritor por sua contribuição ao desenvolvimento cultural do Estado. Emocionado, Salim dedicou a homenagem aos

seus pais, aos amigos e às pessoas que colaboraram para a sua formação literária. "Ler e escrever sempre foi minha pretensão desde criança. Somos aquilo que a infância e a adolescência nos fez".

Xanxerê

Por solicitação do deputado Ivan Ranzolin (PPB), a Assembléia realiza sessão solene nessa quinta-feira em Xanxerê, homenageando os catarinenses campeões do *Rodeio Nacional do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Estado de SC*, bem como, aos ex-deputados e ex-prefeitos do município. A sessão está marcada para as 17 horas no Parque Rovilho Bortoluzzi, na BR-282, km 08.

Prêmio Imprensa 2001

Está marcado para o próximo dia 3 de dezembro a Sessão Especial que vai homenagear os parlamentares que foram contemplados com o *Prêmio Imprensa*, cuja eleição ocorreu no último dia 25.

O prêmio foi criado em 1976, com o objetivo de homenagear e valorizar os parlamentares que, na opinião dos jornalistas políticos, que dão cobertura na Casa, vêm se destacando em suas funções. Estava suspenso desde 1997 e foi reeditado a pedido do atual presidente, Onofre Agostini (PFL), e tem a parceria da Assembléia, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de SC, do Sindicato dos Radialistas e da Casa do Jornalista.

Os deputados João Henrique Blasi (PMDB), Ideli Salvatti (PT) e Ronaldo Benedet (PMDB), foram eleitos pelos jornalistas como os que mantiveram melhor desempenho no conjunto das atividades parlamentares. Como destaque nas Comissões

Técnicas, os profissionais conferiram o prêmio ao deputado Jaime Mantelli (PDT) e o destaque em plenário ficou também para a deputada Ideli Salvatti.

Agenda

Dia 5, às 18 horas – Sessão solene em comemoração aos 30 anos do Jornal de Santa Catarina e centenário da Associação Comercial de Blumenau

Local: Tabajara Tênis Clube – Blumenau

Dia 5, às 19h30min. – Retratos de Santa Catarina – Anitápolis

Local: Hall da Alesc

Dia 6, às 19h30min. – Retratos de Santa Catarina – São Francisco do Sul

Local: Hall da Alesc

Dia 8, às 18 horas – Audiência pública da Comissão de Finanças para debater sobre *Saneamento Básico*, com a presença do presidente da Casan, Luiz Carlos Vieira

Local: Plenarinho

Dia 8, às 17 horas – Abertura do *Fórum sobre Transgênicos*

Local: Plenário

Dia 9, às 9 horas – Continuação do *Fórum sobre Transgênicos*

Local: Plenário